



A FUNÇÃO SOCIAL DO MAGISTÉRIO E O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA AO FECHAMENTO DO CURSO NO PARANÁ (1996-2002)

THE FUNCTION OF SOCIAL MAGISTERIUM AND RESISTANCE MOVEMENT CLOSING OF THE COURSE IN PARANA (1996-2002)

Simone Sandri¹

RESUMO: A temática tratada no texto diz respeito às contribuições da função social do curso de Magistério no processo de resistência ao seu fechamento. Como questão a ser respondida na abordagem desse trabalho, levantou-se a seguinte: quais os fundamentos da função social do magistério que contribuíram no e com o processo de manutenção desse curso no período de vigência do PROEM (1996-2002)? Para responder essa problemática, investigou-se um Colégio Estadual localizado na região Oeste do Paraná que resistiu à cessação do curso de Magistério. Esse colégio foi tomado como campo de pesquisa, principalmente, por ser, na época do PROEM, importantíssima referência na formação de professores na região. Os procedimentos de pesquisa foram os seguintes: análise de documentos oficiais sobre o PROEM e documentos próprios da Escola campo de pesquisa; entrevistas com ex-diretores, ex-pedagoga, professora e ex-aluno do curso. Diante dos dados levantados, é possível afirmar que a função social do Curso de Magistério estrutura-se (estruturou-se) em dois fundamentos básicos: a relação entre formação de professores e a expansão e melhoria da educação elementar ou ensino fundamental e a relação entre qualificação para o trabalho e possibilidades de ingresso no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Curso de Magistério. Função Social. Resistência.

ABSTRACT:: The topics treated in the text concerning the contributions of the social function of the course of teaching the processo of their closure. How question to be answered in the approach of this work, arose: what the foundations of the social function of teaching and in contributing to the process of maintaining this course in the duration of the PROEM (1996-2002)? To answer this problem, we investigated whether a State College located in western Paraná who resisted the termination of the course of theaching. This school has been taken as a field of research, mainly for being at the time of PROEM, important reference for training teachers in the region. The research, interviews with former directors, former educator, teacher and former student of the course. Considering the data collected, it is clear that the social function of the Teaching Course is structured (structured itself) on two fundamentals: the relationship between teacher training and expansion and improvement of elementary education or primary education and the relationship between qualification work and possibilities of entering the labor market.

Key Words: Teaching Course. Social Function. Resistance.

Introdução

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora do Departamento de Pedagogia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM. Email:



O objetivo principal do presente texto² é abordar a relação entre a função social do curso de Magistério³ e processo de resistência ao seu fechamento, no período (1996-2002) em que vigorou o Programa Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino do Paraná – PROEM.

Em 1996, a Secretaria de Estado da Educação – Paraná (SEED/PR) anunciou o PROEM como alternativa para tornar o Ensino Médio e a Educação Profissional mais “eficientes”. Entre os critérios considerados “eficientes” pelo Programa, encontravam-se a separação da Educação Profissional do âmbito do Ensino Médio e a oferta dessa modalidade de educação nos chamados cursos “pós-médios” (PARANÁ. SEED. PROEM, 1996).

Diante da proposta de cessação dos cursos técnicos em nível médio, ocorreram contraposições e mobilizações por parte dos colégios estaduais, da comunidade, da APP-Sindicato e de outros segmentos sociais.

A partir das mobilizações desses segmentos, a SEED/PR, em 1996, elaborou a Resolução nº 4.394/96, que, no artigo 1º, deixou o precedente de adesão ou não ao PROEM. Com isso, conquistou-se a possibilidade de permanência dos cursos técnicos em nível médio, no entanto, a maioria dos colégios estaduais optou pelo fechamento dos mesmos, opção feita principalmente porque a SEED/PR anunciou que não enviaria as verbas do PROEM (total de 222 milhões de dólares) para os colégios que mantivessem o Ensino Médio profissionalizante. Mesmo diante dessa condição de pressão da Secretaria em favor do PROEM, 26 cursos profissionalizantes em nível médio permaneceram abertos, sendo 14 cursos de Magistério e 12 da área Agrícola.

A partir desse contexto surgiu o interesse de pesquisar o processo de adesão e de resistência ao PROEM desenvolvido por um desses Cursos de Magistério que permaneceram em funcionamento.

A Escola⁴ pesquisada está localizada na região Oeste do Paraná e ofertava, predominantemente, o curso de formação de professores⁵. Em 1996, quando surgiram os

² O presente artigo é oriundo da pesquisa realizada no Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná e concluído em 2007. A pesquisa foi sistematizada no trabalho de dissertação intitulado “O Programa de expansão, melhoria e inovação no ensino médio do Paraná – PROEM e os seus efeitos sobre o curso de magistério: movimentos de adesão e de resistência” sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Monica Ribeiro da Silva.

³ A Lei Federal nº 5.692/71 denominava o curso de formação de professores para as séries iniciais do antigo 1º grau (1ª a 4ª séries) de Curso de Magistério. No presente artigo utilizaremos a expressão Curso de Magistério para fazer menção a esse curso, uma vez que o PROEM encaminhou o processo de fechamento dos cursos técnicos quando ainda havia o Magistério.

⁴ Para fazer referência ao Colégio Estadual campo de pesquisa, utilizar-se-á, nesse trabalho, a palavra “Escola” com inicial maiúscula.



primeiros encaminhamentos para o fechamento dos cursos técnicos de nível médio, a instituição disponibilizava cerca de 1000 vagas distribuídas em dois turnos do Curso de Magistério e ainda tinha cerca de 500 pessoas que aguardavam por uma vaga.

Assim, a opção de pesquisa nessa Escola é justificada pelos seguintes motivos: por ter continuado com a oferta de formação de professores em nível médio; por ser uma das maiores escolas públicas que ofertava a formação de professores em nível médio no Estado do Paraná; e por ser uma escola de referência na formação de professores na região Oeste do Paraná, inclusive com reconhecido *status* de qualidade.

Para realização da pesquisa, foram utilizados os seguintes procedimentos: entrevistas semi-estruturadas junto a dois diretores que estiveram na administração da Escola no período do PROEM; junto a uma ex-pedagoga que esteve à frente do processo de elaboração da proposta pedagógica da Escola; junto a uma professora e a um ex-aluno do Curso de Magistério. Buscou-se também a análise da base documental da escola, como: a proposta pedagógica, ofícios e demais registros que tivessem relação com os movimentos de adesão e de resistência do Curso de Magistério diante do PROEM.

Entre as hipóteses levantadas no processo de pesquisa, para esse momento, destacam-se duas: a escola é espaço de contradições, sendo assim realiza movimentos de adesão e de resistência às reformas/políticas/proposições oficiais, o que significa dizer que a escola adere, ressignifica, transforma e resiste aos encaminhamentos oficiais num mesmo processo. Outra hipótese tem a ver com a função social do Magistério, pois levantou-se a possibilidade dessa função ter relação com o processo de resistência ao fechamento do curso.

As duas hipóteses foram comprovadas, sendo que o movimento de adesão e de resistência ao PROEM, identificado na Escola campo de pesquisa, revelou os seguintes determinantes para a resistência ao fechamento do curso de Magistério: a formação continuada do corpo docente do colégio. Tal formação contribuiu para entendimentos teóricos e de base legal/oficial acerca da formação de professores em nível médio; o arcabouço legal/oficial (artigo 62 da LDBEN 9.394/96, Parecer CNE 01/99 e Decreto Presidencial nº 3.554/00) deu suporte à manutenção do curso; a participação da comunidade escolar no processo de deliberação e permanência do curso; a função social do curso de Magistério. No sentido de adesão ao PROEM,

5 A expressão “formação de professores”, que aparecerá no decorrer desse trabalho, tem referência à formação de professores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental.



a principal aceitação aos preceitos do Programa ocorreu no âmbito do Projeto Pedagógico da Escola e da proposta curricular para formação de professores em nível médio.

Para efeitos de análise nesse artigo, conforme já mencionado, tomar-se-á a função social do Magistério no processo de resistência ao fechamento desse curso.

A respeito da função social do Magistério, parte-se da compreensão de que essa função é historicamente constituída, sendo assim, é dinâmica e composta por vários fundamentos relacionados às questões econômicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas dos/nos diferentes momentos históricos.

Função social do curso de Magistério: formação de professores para o ensino fundamental e a preparação para o trabalho

No decorrer da história da educação brasileira, a função social do magistério para a educação elementar (atual ensino fundamental), tem se voltado para objetivos como o de contribuir com o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que os professores da escola elementar formariam futuros trabalhadores, com isso ensinariam questões necessárias à sociedade urbano-industrial, questões estas que envolvem a leitura, a escrita, o cálculo, o convívio em sociedade, a disciplina para o trabalho, a moral entre outros aspectos.

A trajetória da formação de professores, no Paraná, revela fortemente essa faceta histórica do magistério. Ao analisar a função social dessa formação, no contexto paranaense, Miguel (2006) menciona que as principais atribuições do magistério, no período de 1867-1961, voltavam-se para as contribuições dos professores da instrução elementar com a “melhoria do ensino público e, conseqüente, “progresso da Província”, no caso do Brasil Império. Para o Brasil República, a formação de professores deveria cumprir o papel de inserir, nas escolas elementares, docentes capazes de formar cidadãos para a sociedade pautada nos princípios republicanos e nos princípios de uma organização racional do trabalho produtivo.

Sendo assim, nota-se que a função social do magistério se constitui nos e a partir dos diferentes momentos históricos, portanto, essa função é dinâmica e encontra-se em contínua (re) elaboração, da mesma forma que a função social do magistério sendo determinada historicamente, apresenta fundamentos de cunho econômico, social, cultural, político e ideológico.



Na investigação realizada na Escola, evidenciaram-se dois fundamentos da função social do magistério: o primeiro tem a ver com o compromisso da Escola em formar professores para o ensino fundamental. Tal compromisso era a base da Escola investigada, uma vez que a instituição era a única opção de formação de professores para a educação infantil e para as séries iniciais do ensino fundamental, na cidade. A base da Escola se sustentava no Curso de Magistério, também, porque o seu maior atendimento e trabalho destinavam-se à formação de professores. O segundo fundamento da função social do magistério que se evidenciou na Escola, diz respeito ao significado desse curso para a comunidade, ou seja, os pais e alunos vislumbravam no curso a possibilidade de uma sólida formação profissional que preparava para o exercício de uma profissão e ao mesmo tempo para a continuidade dos estudos em nível superior. A função social do magistério sustentada, principalmente por esses dois pilares, contribuiu significativamente para o movimento de resistência ao fechamento desse curso, conforme será discutido no decorrer desse texto.

Para tratar da relação entre expansão da educação elementar e formação de professores, parte-se do contexto de meados dos anos de 1980, no Brasil. Esse período foi de intenso debate acerca da expansão e das possibilidades de melhorias na/da escola pública, portanto, representa marco histórico significativo para compreender a função social do Curso de Magistério no projeto de ampliação da escolaridade da população.

Com o processo de cessação do Regime Militar, especialmente a partir da década de 1980, a educação foi considerada como relevante elemento para a consolidação dos fundamentos e práticas democráticas. Dois grandes motivos, por exemplo, explicam a relevância atribuída à educação nesse momento, a saber: a necessidade de retomada do desenvolvimento capitalista sob alicerces democráticos, sendo necessária a massificação da instrução popular; outro motivo se refere à intensificação das reivindicações populares e de organizações de educadores em prol da melhoria e expansão da escola pública.

A respeito da organização dos educadores e professores nessa década, Saviani (2007) menciona que os principais conteúdos que compuseram os debates e ações desses sujeitos, direcionam-se para a escola pública de qualidade e congruente aos interesses da maioria e, voltaram-se, também, para as elaborações de propostas e alternativas às problemáticas educacionais.



Desta forma, a participação de segmentos sociais na definição das diretrizes políticas nacionais ocorria, basicamente, devido à organização popular e de educadores e a necessidade que os governos tinham em se diferenciarem do regime autoritário.

No que se refere à educação paranaense, nesse período de reabertura política, foram previstas várias ações no sentido de promover a participação de professores e da comunidade.

No que tange, especialmente, ao antigo ensino de 2º grau, realizaram-se, no Paraná, seminários para discutir as suas diretrizes. A partir da leitura de documentos que tratam desses seminários, percebe-se o tratamento diferenciado, se comparado as demais “habilitações profissionais”, atribuído ao curso de Magistério. Tal curso, segundo um documento da SEED de 1984, mereceria um “estudo específico e profundo”, por isso não poderia ser reformulado no mesmo processo que as demais habilitações. No 1º Seminário Estadual de Reorganização do 2º grau, recomendou-se, portanto, que o Curso de Magistério fosse discutido com os professores de 1ª a 4ª séries e com as Faculdades de Educação, de Pedagogia e de Filosofia, isso com o objetivo de definir novas trajetórias para a formação de professores (SEED/PR. DESG. Documento síntese do 1º seminário estadual de reorganização do ensino de 2º grau, 1984).

Desta forma, a responsabilidade do Magistério em contribuir com a expansão da instrução elementar atribuiu a esse curso um tratamento diferenciado por parte da SEED/PR (gestões de 1983/1986, 1987/1990). As “intencões descentralizadoras” da SEED/PR (gestões 1987/1990) podem ser notadas, por exemplo, quando a Secretaria fez referências, em seu projeto pedagógico de 1987, à prioridade do binômio: formação de professores e instrução elementar de qualidade e, com isso, menciona a constituição dos chamados Pólos Irradiadores, conforme conteúdo do excerto abaixo:

[...] privilegiar a qualidade da formação de seus próprios quadros profissionais, necessários à revitalização da escola de 1º grau, notadamente as séries iniciais. Para garantir uma sólida formação do futuro docente de 1º grau (1ª a 4ª série), diversas medidas estão sendo tomadas, dentre elas, através da atuação dos 22 pólos de Magistério Irradiadores de Orientação Tecno-Pedagógica, dá-se a continuidade da reformulação curricular desta habilitação. (PARANÁ. SEED. Projeto Pedagógico 1987-1990, 1987, p. 19)

Nesse sentido, a constituição dos chamados Pólos Irradiadores contribuiu para práticas descentralizadoras por parte da SEED/PR (gestão 1987/1990) e participativas por parte da comunidade escolar na reestruturação do curso de Magistério. As características dos Pólos atribuíam às escolas relativas autonomia e referência, uma vez que a “Escola-Pólo” concentrava



sob seu direcionamento discussões, deliberações e encontros com demais instituições escolares estaduais⁶. Na Escola investigada, essas propriedades foram identificadas como elementos que contribuíram para a permanência do Curso de Magistério. Ao fazer referência ao trabalho da Escola como sede de “Pólo Irradiador”, a Ex-Diretora (gestões 94-95 e 96-97) mencionou que a instituição

[...] articulava todo o trabalho de abrangência no Núcleo de Educação (...). Todos os encontros de professores, toda a programação [...] era [...] [a Escola] que coordenava [...].

Congruente com essa questão, estava a importância desse curso para a Escola, pois extingui-lo afetaria a sua própria base, aquilo que a identificava como instituição de ensino diante da comunidade, uma vez que a oferta do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e a oferta do Ensino Médio geral eram restritas se comparadas ao contingente de alunos que frequentavam o Magistério. Nesse sentido, um dos motivos da resistência é explicitado da seguinte maneira:

A base da escola é o curso de formação de docentes e também pela grande parte dos professores acreditar que é uma oportunidade a mais para a comunidade de estar aperfeiçoando, de poder, digamos assim, de estar em contato com uma base teórica um pouco mais alargada. (PROFESSORA)

Segundo a Ex-Diretora (gestões 94-95 e 96-97), a Escola

[...] tinha uma história interessante, [...] não dava pra negar essa história e nós tínhamos o compromisso de evoluir dentro dessa história de qualificação desses professores [...].

A responsabilidade com a formação de professores, presente nas justificativas de defesa à manutenção do Magistério, representa entre outros elementos, a função social desse curso para a comunidade local. No momento em que a Escola lutava pela manutenção do curso, discutiam-se, no contexto nacional, responsabilidades, concepções, *locus* entre outros aspectos que deveriam

⁶ Algumas fotografias da Escola registram a participação de alunos e professores em passeatas e mobilizações. Esses registros são elementos indicadores de que, em momentos anteriores ao PROEM, a Escola já possuía uma atuação de mobilização e participação da comunidade no sentido de reivindicar seus interesses. As práticas de mobilizações e reivindicações, construídas pela Escola no decorrer de sua história, contribuíram para a defesa e continuidade do curso de Magistério.



permeiar a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

Sobre o debate em âmbito nacional, ainda que não seja objeto desse trabalho, vale a pena mencionar dois aspectos: o primeiro tem a ver com a necessidade de universalização do ensino fundamental, com isso, a necessidade de qualificação de professores para trabalhar nesse nível; o segundo aspecto, escopo de polêmicas acadêmicas e políticas, diz respeito a dúvida interpretação da LDBEN 9.394/96, no que tange ao *locus* de formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

A polêmica girava em torno, principalmente, das distintas interpretações da LDBEN 9.394/96 a partir dos artigos 62, localizado no Título VI (Dos Profissionais da Educação) e do artigo 87, inciso IV, parágrafo 4º (Das Disposições Transitórias). O primeiro artigo menciona que a formação mínima para o magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental pode ocorrer em nível médio. Já o artigo 87 anuncia que até o final da Década da Educação seriam admitidos somente professores com formação superior para atuar na Educação Básica.

Entre os teóricos que defendem a exclusividade da formação de professores para a educação infantil e para as séries iniciais do ensino fundamental no âmbito do Ensino Superior, encontram-se Brzezinski (1999), Libâneo e Pimenta (1999). Libâneo e Pimenta (1999). Fundamentados no artigo 62 da LDBEN 9.394/96, esses autores consideram que a formação de professores em nível superior, para essas etapas da Educação Básica, é uma conquista e um avanço na história da educação brasileira. Esses autores não discutem, entretanto, que esse mesmo artigo possibilita a formação também ocorra em nível médio. Eis o principal ponto de divergência.

Sem desconsiderar as conquistas históricas e/ou a relevância do ensino superior como local de formação de professores, Kishimoto (1999) e Campos (1999), por exemplo, defendem a formação de professores em nível médio, pois, para Kishimoto (1999), é preciso considerar que, no Brasil, existe (existia) um grande número de professores leigos e que a formação em nível médio é (era) uma alternativa para qualificá-los.

Diante da necessidade de universalização do ensino fundamental associada ao número de professores leigos que ainda trabalhavam nesse nível, assim como, diante da necessidade de suprir a escassez nacional de cursos de formação de professores em nível superior, tal polêmica, longe de ser resolvida no meio acadêmico, foi solucionada oficialmente por meio do Parecer 01/99 do



Conselho Nacional de Educação, que tem como assunto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores na Modalidade Normal em Nível Médio. Outra solução à divergência sobre *locus* de formação de professores ocorreu em 2000, com a substituição do Decreto Presidencial nº 3.276/99 pelo Decreto Presidencial nº 3.554/00. O primeiro Decreto instituía, entre outras determinações, a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental exclusivamente em cursos normais superiores. O segundo Decreto substitui a palavra “exclusivamente” por “preferencialmente”, possibilitando a formação de professores em nível médio. Contudo, o Curso Normal constituiu a única modalidade profissional em nível médio que foi permitida pela esfera federal⁷.

A Escola investigada valeu-se dessas possibilidades oficiais para sustentar a permanência do Magistério, em um documento destinado à SEED/PR, documento este que buscava esclarecer a decisão da Escola. Com base na base na LDBEN 9.304/96, a Escola argumentava assim:

Não há qualquer proibição na nova lei do ensino (9394/96) para a continuidade do curso de Magistério em nível médio, pelo contrário, o artigo 62 admite tal formação para o exercício profissional [...] (TEXTO DE ESCLARECIMENTO DA ESCOLA, 30 de novembro de 1999).

Para contrapor-se à manutenção do curso Magistério a SEED/PR se utilizava, também, da LDBEN 9.394/96 e afirmava que a formação de professores deveria ocorrer em nível superior. Sendo assim, a cada ano a Escola subvertia as ordens da Secretaria e realizava as matrículas. Feitas as matrículas, a SEED/PR deveria confirmá-las, pois a Escola também estava munida de respaldos legais (artigo 62 da LDBEN 9.394/96, Parecer CNE 01/99 e o Decreto Presidencial 3.554/00) para justificar a continuidade do curso.

Com a finalidade de sustentar a permanência do curso de Magistério, a Escola contou, ainda, com o expressivo número de alunos que o Magistério possuía e a intensa busca da comunidade por esse curso. Em 1999, o Magistério contava com cerca de 1000 alunos matriculados e aproximadamente 500 jovens que aguardavam uma vaga.

O expressivo número de alunos matriculados e a demanda por mais vagas, assim como a iniciativa da Escola em aumentar o número de turmas, foram estratégias para impedir a cessação

⁷ O Decreto 2.208/97 instituía a obrigatoriedade da formação técnica concomitante ou sequencial ao ensino médio.



do curso e pressionar a SEED/PR. Para a Ex-Diretora (gestões 94-95 e 96-97), a educação é um direito e caso não fossem garantidas as matrículas por parte da SEED/PR, a Escola procuraria o Ministério Público para assegurar esse direito.

Apesar de a Escola entender a educação como direito e ratificar isso por meio de novas matrículas e por meio de outros elementos de resistência, a comunidade sabia da possibilidade de fechamento do Magistério. Essa incerteza sobre a permanência do Magistério contribuiu para o aumento da procura pelo curso. Segundo o Ex-aluno que foi entrevistado:

[...] todo o ano se dizia: 'esse é último ano que abriam as turmas de 1º ano'. No ano seguinte: 'não, esse é o último ano'. Eu vim aqui algumas vezes, as pessoas traziam cadeiras, barracas, ficavam ali naquele muro esperando o dia seguinte, quando os portões do colégio eram abertos. (EX-ALUNO)

A demanda pelo Curso de Magistério, além de ter sido um relevante instrumento de resistência e de continuidade do curso, também mostrou a escola como escopo de disputa e de conquista dos trabalhadores e não mera concessão do Estado, uma vez que a comunidade da Escola era composta por filhos de trabalhadores que buscavam nesse curso a possibilidade de acesso à Educação Profissional e ao mercado de trabalho. Nesse sentido a escola é compreendida

[...] enquanto instituição que se insere no interior de uma formação social onde as relações sociais de produção capitalista são dominantes, tende a ser utilizada como uma instância mediadora, nos diferentes níveis, dos interesses do capital. Essa mediação, entretanto, à medida que se efetiva no interior das relações sociais, onde estão em jogo interesses antagônicos, não se dá de forma linear. (FRIGOTTO, 2001, p. 179)

O antagonismo entre capital e trabalho e a localização da escola no conjunto desse antagonismo, possibilita entendê-la como campo de disputa de interesses sociais e educacionais divergentes. Assim, a prática pedagógica, o currículo, a proposta pedagógica, entre outros elementos, são campos de mediações das diversas intenções que se manifestam na realidade social e nas especificidades do contexto escolar.

Sob esta ótica, evidencia-se no contexto investigado a disputa pela escola pública, sendo que esta disputa apareceu como força fundamental para reafirmar o movimento de resistência ao fechamento do curso de Magistério. Atrelado ao compromisso com a oferta de vagas públicas para a formação de professores, a Escola e a comunidade entendiam que o ensino proporcionado por meio do Magistério era de qualidade e não poderia ser cessado.

Simone Sandri



Percebe-se, por meio das entrevistas, que o parâmetro de qualidade do curso de Magistério da Escola em questão, sustentava-se nos seguintes aspectos: formação continuada do corpo docente, inclusive em programas de mestrado; participação da comunidade na escola; a relevância social que o Curso de Magistério possuía perante a comunidade municipal, relevância esta representada pela responsabilidade de formar professores, pela aprovação de alunos egressos em concursos públicos para professores de 1ª a 4ª séries e em vestibulares; as atividades de extensão desenvolvidas junto à comunidade (palestras, seminários, projetos desenvolvidos em creches).

Diante dos componentes de “qualidade” do curso de Magistério, um em especial merece considerações, ou seja, a relação entre qualificação e ingresso no mercado de trabalho, pois a SEED/PR (período do PROEM) serviu-se de argumentos como: os cursos técnicos em nível médio são desnecessários e/ou desvinculados dos interesses do mercado de trabalho, por isso precisam ser encerrados, sendo que o ensino médio geral, segundo a Secretaria, teria melhores condições de preparar e contribuir com a inserção de jovens em postos de trabalho.

Na realidade investigada, a relação entre formação proporcionada pelo curso de Magistério e o ingresso de grande parte dos ex-alunos no mercado de trabalho, inclusive em concursos públicos, contrariava as justificativas da SEED/PR no sentido de fechar os cursos técnicos vinculados ao ensino médio.

É preciso mencionar, entretanto, que o fato de a maioria dos alunos da Escola passar em concursos públicos para professores se devia, também, à condição de que o Curso de Magistério dessa Escola era a única opção de formação de professores na cidade, conseqüentemente formaria mais professores que, por sua vez, inscreviam-se em maior quantidade nos concursos. Ocorre, contudo, que a aprovação de egressos do Magistério em concursos públicos não significava (significa) que existia (ou que existe) uma relação linear/direta entre qualificação e uma vaga no mercado de trabalho.

No contexto da função social do magistério, a Ex-Pedagoga relata que apesar da precariedade em que hoje se encontra o trabalho docente, ser professor era considerado, por alguns pais, um “motivo de orgulho”. Ao relembrar a concepção dos pais sobre a profissão de professor, a Ex-Pedagoga fala que

[...] eles tinham orgulho de dizer: “Não! O meu filho faz magistério”. [...] “É! Vai ser professor!” (EX-PEDAGOGA).



Atrelada à expectativa de ter um filho professor, os pais apoiaram a continuidade do curso, inclusive, porque as atividades de estágios remunerados permitiam uma renda ao aluno, desta forma, a remuneração anterior a conclusão do curso seguida da expectativa de ingresso no setor público, por meio de concursos, ressaltava a necessidade de resistir ao fechamento do Magistério. Sobre essas questões a Ex-Pedagoga afirma que

[...] muitos alunos e alunas se sustentavam com o dinheiro do estágio. Foi uma coisa clara pra nós, questão de sobrevivência mesmo, sabe? E de que possivelmente eu poderia trabalhar, fazer um concurso e conseguir trabalho.
(EX-PEDAGOGA)

O Magistério possibilitava, também, uma profissão prévia à formação universitária, essa formação associada ao trabalho remunerado era condição primeira para que muitos jovens pudessem freqüentar um curso superior.

Deste modo, as intencionalidades próprias de pais e alunos, no sentido de garantir formação para o trabalho e renda durante e após o curso, assim como o propalado *status* da profissão de professor, compuseram o segundo fundamento da função social do curso de Magistério no caso investigado. Tal fundamento foi contundente ao processo de resistência ao fechamento desse curso.

Considerações Finais

Com base na pesquisa desenvolvida no mestrado em educação da Universidade Federal do Paraná, discutiu-se nesse texto, um dos componentes do movimento de resistência ao fechamento do curso de Magistério, ou seja, a função social desse curso. A investigação ocorreu em um Colégio Estadual da região Oeste do Paraná, sendo este um local de referência regional na formação de professores para a educação infantil e para as séries iniciais do ensino fundamental.

Para analisar tal realidade, partiu-se do pressuposto de que a escola é um espaço contraditório, desta forma, realiza mediações diante das propostas/políticas oficiais para a educação, sendo assim, a escola resiste, adere, transforma e ressignifica determinações oficiais.

No decorrer da discussão desse texto, priorizou-se um dos determinantes que contribuiu para o processo de resistência desencadeado pela Escola campo de pesquisa, ou seja, a função social do Magistério. Nesse sentido, foram identificados dois fundamentos relevantes dessa



função: a relação entre formação de professores e as necessidades de expansão e melhoria da escola elementar ou ensino fundamental; a relação entre formação profissional e possibilidade de emprego.

O primeiro fundamento da função social do magistério vem se constituindo no decorrer da história da formação de professores e teve, no Paraná, importante papel na redefinição dos cursos de Magistério a partir dos anos de 1980. A Escola investigada tomou a responsabilidade pela formação de professores como uma das sustentações do movimento de resistência ao fechamento do curso, sendo que tal formação era sua principal referência diante da comunidade.

A maioria dos alunos buscava no curso de Magistério a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, especialmente, por meio de concursos públicos para professores, assim como, vislumbravam possibilidades de uma renda por meio de estágios remunerados e por meio do exercício da profissão. Alguns pais vislumbravam na profissão de professor determinado *status* social. Esses foram alguns dos aspectos mencionados, no decorrer do texto, que compuseram o segundo fundamento da função social do magistério, fundamento este que atendeu, principalmente, aos anseios de pais e alunos e, com isso, contribuiu para o processo de resistência ao fechamento do curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Decreto presidencial nº 3.276**. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências, de 06 de dezembro de 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer 01/99**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores na modalidade normal em nível médio. Brasília, CNE/CEB, 1999.

_____. **Decreto presidencial nº 3.554/00**. Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto nº 3.276, de 7 de agosto de 2000, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, 2000.



BRZEZINSKI, I. Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Respeito à cidadania ou disputa pelo poder? In: **Educ. Soc.**v.20 n.68 Campinas dez.1999.

CAMPOS, M. M. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: Modelos em debate. In: **Educ. Soc.** v.20 n.68 Campinas dez.1999.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 133-227.

KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Educ. Soc.**, dez. 1999, vol.20, no.68, p.61-79. ISSN 0101-7330.

LIBANEO, José Carlos e PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança.** *Educ. Soc.*, dez. 1999, vol.20, no.68, p.239-277. ISSN 0101-7330.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A formação dos professores e sua função social. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/192MariaElisabethBlanckMiguel.pdf>. Acessado em 26 de fevereiro de 2010.

PARANÁ. SEED. DESG, **Documento síntese do 1º seminário estadual de reorganização do ensino de 2º grau**, Curitiba,1984.

_____. _____. **Projeto Pedagógico 1987-1990**, Curitiba,1987.

_____. _____. PROEM. **PROEM – Documento Síntese, versão preliminar nº 3**, Curitiba, setembro, 1996.

_____. _____. **Resolução Estadual nº 4.394**, de 18 de outubro de 1996. Institui a implantação do curso de educação geral, de segundo grau, em substituição à(s) habilitação (ões) do mesmo grau. Curitiba: SEED/PR, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.